



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA,
DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO
CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 18(*dezoito*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 14ª (*décima quarta*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradwohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Helena Lúcia Bandeira Farias. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1201/2018 – Auto de Infração: 1/201721551**. Recorrente: **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. Recorrido: **MULTICOR INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA. Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do reexame necessário e negar-lhe provimento, para confirmar por maioria de votos o julgamento de nulidade da ação fiscal, em razão do relato confuso e por ausência de provas da acusação, em conformidade com o voto da Conselheira Relatora, parecer da Assessoria Processual Tributária e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Votou contrário a nulidade e a favor da improcedência o Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradwohl. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada Dr. Marcelo Ribeiro Cavini. **Processo de Recurso nº 1/6567/2018 – Auto de Infração: 1/201815922**. Recorrente: **FAE SISTEMAS DE MEDIÇÃO S/A**. Recorrido: **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. Foi afastado o pedido de NULIDADE suscitado de forma genérica pelo contribuinte, pois o mesmo não indicou em que consiste a nulidade requestada, portanto, não há ilegalidade a ser apreciada pela Câmara de Julgamento. Quanto ao pedido de perícia solicitado pela parte foi afastado por unanimidade de votos por ter sido formulado de modo genérico, o pedido de perícia formulado em sessão pela Conselheira Ivete Maurício de Lima para verificar a possibilidade de se aplicar o parágrafo único do art.126 da Lei nº12.670/1996, foi por maioria de votos afastado, sendo voto contrário o da Conselheira Ivete Maurício de Lima. 2. **No mérito**, resolve a 4ª Câmara de Recursos Tributários negar

provimento ao reexame necessário, para confirmar a decisão condenatória proferida na instância singular, em conformidade com o voto do conselheiro relator, parecer da assessoria processual Tributária e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Registre-se a ausência do representante legal da Recorrente Dr. Weber Busgaib Gonçalves, apesar de ter sido regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Processo de Recurso nº1/0345/2018 – Auto de Infração: 1/2017.19983.** Recorrente: **MERCADO DA RAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO** Recorrido: **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.** Relator: **Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE.** **Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. Resolve a 4ª Câmara de Recursos Tributários negar provimento ao recurso ordinário, para manter a decisão condenatória proferida na instância singular, em conformidade com o voto do conselheiro relator, parecer da assessoria processual Tributária e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/0344/2018 – Auto de Infração: 1/2017.19981** Recorrente: **MERCADO DA RAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO** Recorrido: **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.** Relator: **Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE** **Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões: 1. Resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade aplicada para a prevista no art. 123, inciso VIII, “L”, da Lei nº12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, e Parecer da Assessoria Processual Tributária, em conformidade com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. A Conselheira Dalcília Bruno Soares votou pela procedência da autuação, por entender que a infração por falta de escrituração no registro de entradas, na sua modalidade eletrônica, tem penalidade específica prevista no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017 e, por não identificar, no caso sob análise, dúvida prevista no art. 112 do CTN que justifique interpretação mais benéfica, motivo pelo qual fundamenta seu voto no princípio da legalidade estrita, art.37 da CF/88 “*Caput*”. Registre-se que o Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl ressalva seu entendimento particular em favor da aplicação do art. 123, III, “g”, da Lei nº12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, mas em atenção ao princípio da colegialidade e vota pelo entendimento consolidado desta 4ª Câmara pela aplicação da penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Helena Lúcia Bandeira Farias, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Helena Lúcia Bandeira Farias
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA